



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP  
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO  
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:  
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**Linha de pesquisa: Geografia Cultural**

**A GEOGRAFIA DO CANGAÇO:  
O território de Lampião expresso pela Geografia Cultural**

**JOSIAS SILVANO DE BARROS**

**GUARABIRA/PB  
2010**

JOSIAS SILVANO DE BARROS

**A GEOGRAFIA DO CANGAÇO:  
O território de Lampião expresso pela Geografia Cultural**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Ms. Maria Alethéia Stedile Belizário

Guarabira - PB  
2010

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B277g      Barros, Josias Silvano de.  
A geografia do cangaço: o território de Lampião expresso pela Geografia Cultural. [manuscrito] / Josias Silvano de Barros. – 2010.

4 f. : il.

Digitado.  
Monografia (Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2010.  
“Orientação: Profa. Ms. Maria Alethéia Stédile Belizário (Departamento de História e Geografia)”.

1. Geografia Cultural. 2. Território. 3. Cangaço. 4. Lampião  
I. Título.

21. ed. CDD 304.2

JOSIAS SILVANO DE BARROS

**A GEOGRAFIA DO CANGAÇO:  
O território de Lampião expresso pela Geografia Cultural**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em 01/10/2010. Nota \_\_\_\_\_.

---

Profª Ms. Maria Alethéia Stédile Belizário  
Mestre em Geografia - MAG/UECE  
(Orientadora)

---

Profª Ms. Amanda Christinne Nascimento Marques  
Mestre em Geografia - UFPB  
(Examinadora)

---

Profª Ms. Regina Celly Nogueira da Silva  
Mestre em Geografia – UFPB  
(Examinadora)



**COORDENAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA E TERRITÓRIO:  
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL  
FICHA DE AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA**

<b>NOME DO CURSO:</b> Especialização em Geografia Território Planejamento Urbano, Rural e Ambiental
<b>UNIDADE RESPONSÁVEL:</b> DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA
<b>COORDENADOR (A):</b> Luciene Vieira de Arruda

**MONOGRAFIA**

<b>AUTOR (A):</b> Josias Silvano de Barros
<b>ORIENTADOR (A) TITULAÇÃO:</b> Profª Ms. Maria Alethéia Stedile Belizário - UEPB

<b>TÍTULO:</b> A Geografia do Cangaco: o território de Lampião expresso pela Geografia Cultural.	<b>LINHA DE PESQUISA:</b> GEOGRAFIA CULTURAL
--	--

**RESUMO**

A geografia é uma ciência que estuda, entre outros fatores, a relação entre espaço e cultura. Nesta caso, neste trabalho tem o objetivo de revelar a geografia nos processos culturais para, assim, explicar as contradições socioespaciais ocorridas no sertão do Nordeste brasileiro no final do século XIX e início do século XX. O destaque de nossa pesquisa é para o movimento cangaço que construiu o território de Lampião e desenvolveu diversos processos geográficos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Todavia, faremos uma análise social para caracterizar, e mesmo entender, o fenômeno cangaço enquanto categoria do banditismo social. Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico-documental (à luz da literatura da metodologia científica), visto que devemos identificar as informações e selecionar as fontes pertinentes ao tema estudado para proceder às respectivas anotações das referências utilizadas. Para a construção textual usamos como aporte, leituras bibliográfico-documentais de livros, revistas e artigos científicos. A partir deste momento nos subordina-mos nas ideias da geografia cultural de Paul Claval (1999, 2001 e 2002), das múltiplas concepções de território (s) de Roberto Lobato Corrêa (2007), Rogério Haasbeert (2004, 2005, 2006 e 2007), Milton Santos (1988, 2002 e 2004) e Claude Raffestin (1986), nas descrições do banditismo social de Eric Hobsbawm (1975), e, no sentido do cangaçoismo, nos embasamos em autores como Frederico Fontambucano de Melo (1978), Rui Facó (1978) e José Américo de Almeida (1977), assim como outros autores que fazem referência ao cangaço, a geografia cultural e mesmo a ideia de território e territorialidades. O estudo nos permitiu verificar que na construção da geografia do cangaço os processos que engendram a marginalidade das ações do cangaço no espaço ficam por conta das condições socioculturais em que suas vidas foram inseridas. A partir de tais constatações percebemos que o movimento cangaço transcendeu a questão física do território, uma vez que os cangaceiros tinham uma forma de identidade própria, específica, pela castiga como local de apropriação, de territorialidade, mesmo que inconscientemente percebida. Entretanto, os paradigmas temporais da relação homem-sociedade-natureza, sob a ótica da geografia cultural, nos fez organizar conceitos e priorizar determinados valores e atitudes para uma abordagem mais compreensiva das diversas manifestações do homem no espaço, na construção social, com suas respectivas flexibilidades e conflitualidades. Como foi o caso do cangaçoismo do sertão. Os cangaceiros são vistos, hoje, como símbolos de uma época. Representaram heróis/bandidos, com toda complexidade da situação econômico-social.

**Palavras-chave:** geografia cultural, processos geográficos, território (s), cangaço.

**DATA DE APRESENTAÇÃO:** 01/10/2010

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

<b>PROFESSORES:</b>	<b>ASSINATURAS:</b>	<b>Notas</b>
Profª Ms. Maria Alethéia Stedile Belizário - UEPB		10,0
Profª Ms. Regina Celly Nogueira - UEPB		10,0
Profª Ms. Amanda Christine Nascimento Marques		10,0

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO (A) ALUNO (A):** 10,0

**Observações:** Trabalho apreciado com louvor. Luciene Vieira de Arruda

Guarabira, 01 de outubro de 2010

**Luciene Vieira de Arruda**  
COORD. DE GEOGRAFIA  
MAT. 3724581 - CN - UEPB

À minha família – pai, mãe, irmãos e irmãs, sobrinhas (o) – pelo apoio, incentivo e companheirismo;

À minha avó Josefa (*in memoriam*);

Aos que acreditavam em mim, na minha VITÓRIA;

**Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

À DEUS, incondicionalmente, procedência de luz, inspiração, sabedoria e fé, assim como fonte de amor tão infinita que meu ideário discricionária jamais poderia consubstanciar, pois sem Deus nada seria possível;

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim e sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis de minha vida, na convicção de que: nada que eu agradecer é e/ou será o suficiente para o tanto que me deram (e dão), nada que a der é e/ou será o bastante; nada que eu os sirva é e/ou será justo para o tanto que já me serviram (e me servem); nada que eu aprender é e/ou será sábio à proporção que já me ensinaram (e me ensinam); nada do que eu fizer é e/ou será maior que o amor deles por mim. Maria José (Leca) e José Silvano (Zé Silvano), minha mãe e meu pai, respectivamente, foi assim que vocês me dedicaram (e dedicam) suas vidas, é assim que lhes dedico o meu infinito amor, e agradeço por tudo, sempre.

Aos meus queridos irmãos, em ordem alfabética, Jean, Wando, Naldin, Ninha, Samara e Tita pelo fraternismo, amizade e união, assim como a confiança que em mim depositam;

Às minhas amadas, lindas e queridas sobrinhas, Gabriela e Giovanna, por serem tão pequeninas, porém tão amorosas; ao meu querido sobrinho, João Victor, esperto que só ele;

Aos meus amigos, Alexleide, Edileuza, Rafael e Eduardo pelos momentos de aprendizagem constante e pela amizade solidificada que construímos ao longo deste curso, e certamente se eternizará; aos amigos, Marcão, Celinaldo, Sharlene, e demais amigos de sala, pelos bons e maus momentos que passamos juntos;

À professora Alethéia Belizário, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia, e pela sua capacidade humanística de compreensão e didática; a todos os professores da UEPB que foram e são tão importantes na minha vida acadêmica;

A todos, colegas, amigos, companheiros..., que direta ou indiretamente contribuíram para minhas conquistas. Os meus sinceros agradecimentos.

O desafio de compreender o mundo em que se colocam os geógrafos requer também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário (...) o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. (...) Apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções.

Iná Elias de Castro (1997, p. 156).

## **A GEOGRAFIA DO CANGAÇO: O território de Lampião expresso pela Geografia Cultural**

Autor: Josias Silvano de Barros - UEPB.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>: Ms. Maria Alethéia Stedile Belizário

Examinadores: Prof<sup>o</sup>: Ms. Amanda Christinne Nascimento Marques

Prof<sup>a</sup>: Ms. Regina Celly Nogueira da Silva

### **RESUMO**

A geografia é uma ciência que estuda, entre outros fatores, as relações entre espaço e cultura. Neste caso, nosso trabalho tem o objetivo de revelar a geografia nos processos culturais para, assim, explicar as contradições socioterritoriais ocorridas no sertão do Nordeste brasileiro no final do século XIX e início do século XX. O destaque de nossa pesquisa é para o movimento cangaço que construiu o território de Lampião e desenvolveu diversos processos geográficos como territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Todavia, faremos uma análise social para caracterizar, e mesmo entender, o fenômeno cangaço enquanto categoria de banditismo social. Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico-documental (à luz da literatura da metodologia científica), visto que devemos identificar as informações e selecionar as fontes pertinentes ao tema estudado para proceder às respectivas anotações das referências utilizadas. Para a construção textual usamos como aporte, leituras bibliográfico-documentais de livros, revistas e artigos científicos. A partir deste momento nos subsidiamos nas ideais da geografia cultural de Paul Claval (1999, 2001 e 2002), das múltiplas concepções de território (s) de Roberto Lobato Corrêa (2007), Rogério Haesbeart (2004, 2005, 2006 e 2007), Milton Santos (1988, 2002 e 2008) e Claude Raffestin (1993), nas descrições do banditismo social de Eric Hobsbawm (1975), e, no sentido do cangaceirismo, nos embasamos em autores como Frederico Pernambucano de Melo (1978), Rui Facó (1978) e José Américo de Almeida (1977), assim como outros autores que fazem referência ao cangaço, a geografia cultural e mesmo a idéia de território e territorialidades. O estudo nos permitiu verificar que na construção da geografia do cangaço os processos que engendram a marginalidade das ações do cangaceiro no espaço ficam por conta das condições socioculturais em que suas vidas foram inseridas. A partir de tais constatações percebemos que o movimento cangaço transcendeu a questão física do território, uma vez que os cangaceiros tinham uma forma de identidade afetiva, específica, pela caatinga como local de apropriação, de territorialidade, mesmo que inconscientemente percebida. Entretanto, os paradigmas temporais da relação homem-sociedade-natureza, sob a ótica da geografia cultural, nos fez organizar conceitos e priorizar determinados valores e atitudes para uma abordagem mais compreensiva das diversas manifestações do homem no espaço, na construção social, com suas respectivas flexibilidades e conflitualidades. Como foi o caso do cangaceirismo do sertão. Os cangaceiros são vistos, hoje, como símbolos de uma época. Representaram heróis/bandidos, com toda complexidade da situação econômico-social.

**Palavras-chave:** geografia cultural, processos geográficos, território (s), cangaço.

## LISTA DE LUSTRAÇÕES

- Figura 01:** Xilogravura que representa o sertão nordestino.....23
- Figura 02:** Área percorrida pelo cangaceiro Lampião e seu bando.....34

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1- A GEOGRAFIA QUE SE EXPRESSA NA CULTURA</b> .....	16
1.1- A abordagem da Geografia Cultural para explicar as contradições sócio-territoriais do Nordeste.....	18
1.2- As contradições sócio-espaciais da Caatinga sertaneja: a materialização dos conflitos sócio-ambientais analisado por uma linguagem cultural.....	20
<b>2 - A CONSTRUÇÃO ESPAÇO-TERRITORIAL DO CANGAÇO DE LAMPIÃO</b> .....	26
2.1- O quadro sócio-cultural: de ação real a reação simbólico-territorial.....	28
<b>3 - OS PROCESSOS TERRITORIAS DO CANGAÇO: Relações reais e/ou simbólicas estabelecidas no território de Lampião</b> .....	33
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42

## INTRODUÇÃO

As narrativas sobre os episódios protagonizados pelos bandos de cangaceiros nas Caatingas do Nordeste estimulam, ainda hoje, a imaginação popular. A avaliação de seus atos sempre teve como ótica principal, opiniões diferenciadas de acordo com o que seja relatado. Assim, “o ambiente no qual as sociedades evoluem é uma construção que exprime pela palavra: a lógica que os homens lhe atribuem provém, em parte, das regras que regem a composição de seus discursos” (CLAVAL, 2001, p. 13).

Para muitos atores sociais, os cangaceiros são bandidos comuns, ladrões e latrocidias. Para os trabalhadores rurais e o povo das pequenas cidades interioranas, muitas vezes os cangaceiros personificam heróis ou justiceiros.

Cientistas sociais, como Hobsbawm (1975), acreditam que os cangaceiros se enquadrariam na categoria dos Bandidos Sociais, visto que em sua quase totalidade, estes homens que adotavam a vida nômade, “sem lei e sem rei”, provinham do ambiente rural, sendo parte do segmento social representado por agricultores, vaqueiros, feirantes e artífices da arte do couro (como foi o caso de Lampião).

Os cangaceiros foram homens egressos de um ambiente caracterizado pelos desacertos sociais. A justiça que existia era exercida em favor do mais forte, assim, a prática comum era a vingança pelas armas, nos casos de desrespeito ou agressão a membros da família. Os privilégios e o poder dos grandes proprietários rurais e das pessoas do governo criaram um desequilíbrio sócio/econômico, onde predominavam as práticas de exclusão das camadas menos favorecidas.

As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer. Elas visam ao mesmo tempo o ambiente material e o círculo social: agimos de acordo com aqueles que nos olham, aqueles a quem contaremos o que fazemos ou aqueles que escutaremos falar (CLAVAL, 2001, p. 13).

No âmbito mais próximo, a escolha pela vida de bandoleiro podia ocorrer a partir de uma ofensa vingada e seguida de perseguição policial. O isolamento do vingador, nestes casos, seria fatal. Era hora de buscar se fortalecer junto a um

protetor respeitado e, assim, a opção mais concreta era “cair no cangaço” e fazer parte de um bando. “As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos” (FERNANDES, 2008, p. 27).

Na época do cangaceirismo (início do século XIX e meados do século XX), o trabalho de agricultura e pecuária era profundamente afetado, agravando as dificuldades dos trabalhadores rurais nordestinos, principalmente no sertão. Como consequência, a insatisfação com as condições de vida e trabalho, constituía-se como estopim para a eclosão de movimentos de revolta e rebeldia.

A conflituosidade dos espaços contraditórios e desiguais construiu o território de Lampião enquanto relação de poder, numa perspectiva mais voltada a territorialidade, provocando uma série de processos geográficos.

No sentido de contextualização espacial da saga dos cangaceiros é necessário entender a influência do meio ambiente em que viviam – a Caatinga que os disfarçava e/ou abrigava com rigores de sua composição morfoclimática aliada ao calor reinante daquele território, no qual, entretanto, se sentiam “em casa”. Pois, “o espaço impõe a cada coisa um determinado feixe de relações, porque cada coisa ocupa um lugar dado” (R. CAILLOIS, 1964, p.58 *apud* SANTOS, 1998, p. 81).

A forma de organização territorial desenvolvida pelos cangaceiros demonstra que as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestações, ações, relações e expressões, materiais e imateriais. Segundo Fernandes (2008) estas formas representam fluxos, refluxos, expansão, criação e destruição que configuram o multidimensionamento do espaço, na construção do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Estas formas de organizar o espaço, a partir da territorialidade, materializam-se na realidade, nos lugares diversos. Desta maneira, Fernandes (2008) expõe que todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, uma vez que o território é construído a partir do espaço.

O movimento socioterritorial construído pelos cangaceiros foi, assim, um despertar de consciência de várias representações de segmentos das classes sociais menos favorecidas. Facó (1978, p. 5), denomina de: “O despertar dos pobres do campo”.

Nosso objetivo é, então, analisar as ações que permitiram a construção de territórios e processos territoriais (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) do Cangaço no Nordeste brasileiro, sob o âmbito da geografia cultural, tendo como base a figura de Lampião. Ao mesmo tempo, arrolar dados sócio-territoriais do Nordeste para entender a dinâmica espacial dos cangaceiros de modo que se entenda o “território de Lampião” não apenas como um palco, mas, sobretudo, e ao mesmo tempo, como sujeito histórico que representa um momento de seca e expropriação do campo.

Pretendemos, então, uma possível imparcialidade no julgamento do cangaceirismo como fato histórico, mas admitimos que sendo a Geografia uma ciência humana/social, e nós os membros que a compomos ao mesmo tempo em que a analisamos, em alguns momentos o entusiasmo, a emoção e o senso de justiça podem ter falado mais alto dentro de nós e a tal “neutralidade científica” tenha saído prejudicada – o fato de escolhermos a Geografia Cultural na busca de desconstruir ou olhar o tema a partir de uma imagem social já é uma forma de subjetividade no discurso, portanto, a ciência ou discurso de sua neutralidade fica, em geografia, no espaço-tempo positivismo.

Nossa análise se inicia no capítulo 1 (um) com uma visita as origens do pensamento da ciência geográfica. Posteriormente, faremos referência a uma escala geográfica que é impressa na cultura, a Geografia Cultural.

O capítulo 2 (dois) é dedicado uma visão teórico-metodológica do contexto histórico/político/cultural do Nordeste, do início do século XX, que desencadeou o banditismo social do sertão, mais especificamente o movimento cangaço, na construção espaço-territorial do cangaço de Lampião – que passou, pelas vias da literatura, de ação real a reação simbólico-cultural.

A análise dos processos territoriais do cangaço (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), assim como as relações reais e/ou simbólicas estabelecidas no território de Lampião é o tema do nosso terceiro capítulo, com o qual fechamos nossa pesquisa.

Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico-documental (à luz da literatura da metodologia científica), visto que devemos identificar informações e selecionar as fontes pertinentes ao tema estudado para proceder à respectiva anotação das referências utilizadas. A partir daí, a leitura científica dar-se-á no sentido de estabelecer uma fonte geradora de comunicação. Pois, pesquisa bibliográfica,

Num sentido restrito, é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico (STUMPF, 2005, p. 51).

Utilizamos como aporte para a construção textual, leituras, comparação e interpretação de textos de livros e artigos científicos.

Iniciamos nossa pesquisa com a identificação do tema e assunto abordado, no rol de palavras-chave ou uma lista de termos específicos relacionado ao cangaço e ao território, para servir de guia nos levantamentos bibliográficos. A *posteriori*, selecionamos as fontes específicas acerca da geografia cultural, do território e do cangaço de Lampião, através de uma lista de anotações, sempre consultando novas fontes e identificando os documentos selecionados.

Neste caso, utilizamos como suporte técnico, bibliografias especializadas (publicações que contêm a relação de obras sobre geografia cultural, território e cangaço). Buscando, ainda, subsídios em portais eletrônicos – que “é a porta de acesso a vários serviços de informação, inclusive bibliográficos” (STUMPF, 2005, p.57).

Nosso material foi obtido através de compras e consultas a acervos públicos (bibliotecas). Logo em seguida, fizemos a leitura e transcrição de dados através de fichamentos, começando pela referência do documento – com todos os dados: autor, título, volume, ano, página etc. A partir deste momento redigimos nosso texto, nos subsidiando nas idéias de autores como Paul Claval (1999, 2001 e 2002), Roberto Lobato Corrêa (2007), Rogério Haesbeart (2004, 2005, 2006 e 2007), Eric Hobsbawm (1975), Milton Santos (1988, 2002 e 2008), Claude Raffestin (1993) e José Américo de Almeida (1977), Rui Facó (1978), entre outros autores que fazem referência ao cangaço, a geografia cultural e mesmo a idéia de território (s).

Ao proceder a leitura, é importante ficar atento aos dados que venham, reforçar, justificar ou ilustrar as idéias e os posicionamentos que se quer apresentar, coletando elementos julgados relevantes que coincidam com os temas e sub-temas do esquema provisório. Ao final da leitura, deve-se redigir um resumo e colocar uma opinião pessoal sobre a importância da questão abordada (STUMPF, 2005, p. 60).

Juntamente com a questão bibliográfica utilizamos como base de apoio à nossa pesquisa, a análise documental (revistas como *GEOgraphia* e *Mercator*), com a compreensão, identificação, verificação e apreciação de determinados aspectos. De acordo com Moreira (2005) a pesquisa documental é, ao mesmo tempo, método e técnica. Método porque pressupõe um ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como no caso da revisão bibliográfica.

Neste caso, recorreremos a uma análise documental qualitativa, haja vista que verificamos o teor e o conteúdo do material selecionado para análise. Entretanto, os documentos utilizados foram de natureza secundária, pois constituem, na ótica de Moreira (2005, p. 275), “conhecimento, dados ou informação já reunidos ou organizados.”

Mediante o exposto, tais documentos representam fontes de grande relevância para a investigação científica, o que possibilita ao pesquisador uma análise crítica para constituir um fio condutor do assunto abordado. Pois, segundo Moreira (2005) a análise documental, como método ou técnica, indica que o pesquisador possui intuição ou informação suficiente para se guiar.

Uma das conclusões da metodologia é certamente esta: não faz sentido buscar cientificidade por ela mesma, porque método é apenas instrumento. Faz sentido, isto sim, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas mais favoráveis de uma história muito mais humana (DEMO, 1995, p. 260).

Percebe-se que, com a escolha do nosso método de trabalho há uma possibilidade de contextualização de fatos, situações e momentos específicos das ações e reações sócio-espaciais. Daí ser a nossa metodologia vinculada a procedimentos característicos da pesquisa bibliográfico-documental. Pois, de acordo com Moreira (2005) e Stumpf (2005), nessa modalidade de pesquisa as especificidades das ações, as perspectivas e significados dos atores sociais são sempre considerados. Desta forma, o pesquisador lida com uma modalidade de pesquisa que se vê diante de diferentes formas de interpretações de fatos e compreensão de significados variados atribuídos pelos autores distintos.

Acreditamos, todavia, que: “Em questão de método, aliás, nada se pode fazer que não seja provisório, pois os métodos mudam à medida que a ciência avança” (DURKHEIM, 2001, p. 16).

Nosso trabalho foi desenvolvido numa etapa contínua, cujo objetivo foi perceber o cangaço a partir do olhar da Geografia Cultural, e cuja categoria escolhida para elucidar a temática foi o território. Para isso, recorreremos a alguns clássicos da literatura específica do cangaço, como *Quem foi Lampião*, de Frederico Pernambucano de Melo (1978) e *Cangaceiros e Fanáticos* (2008), de Rui Facó, a fim de conhecer o contexto sócio-espacial e cultural dos cangaceiros, bem como, o relacionamento (identidades) que eles tinham com o espaço ocupado.

## 1- A GEOGRAFIA QUE SE EXPRESSA NA CULTURA

A geografia é uma ciência cujo objeto de análise é da mesma categoria que o analista, ou seja, o homem e a natureza são elementos do meio que constroem ações e objetos. Assim, o homem por fazer parte da sociedade é elemento essencial nos processos que engendram a relação sociedade-natureza. Portanto, membros de uma relação dinâmica de fixos e fluxos, um agindo sobre o outro. Desta forma, a geografia se interessa pela relação entre espaço e cultura, que é uma tradição da ciência geográfica. Segundo Paul Claval (2001, p. 99), “a natureza humana é um produto da cultura da qual a sociedade é portadora.”

Segundo Morais (1987), só é a partir do final do século XIX que as relações sociedade, cultura e natureza tornaram-se objeto central de atenção de geógrafos europeus, como Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Otto Schuter (1872-1952), entre outros.

Na análise teórica do pensamento geográfico, Paul Vidal de La Blache definiu o objeto da geografia como relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem, uma ótica orientada para o produto da ação humana, não para os processos sociais que a engendram. Ele lembra: “A Geografia é ciência dos lugares, e não do homem” (LA BLACHE, 1913, p. \_\_, *apud* CLAVAL, 2001, p. 33). Ou seja, o objetivo da geografia é explicar os lugares e não de se concentrar sobre os homens. Em resumo: “uma Geografia Humana, não uma ciência social” (MORAIS, 1978, p. 83).

Já Friedrich Ratzel tinha a geografia como um instrumento poderoso de expansionismo do Estado. Sua obra, *Antropogeografia*, define a influência das condições naturais sobre a humanidade. E foi em tal obra que, pela primeira vez, o termo cultura foi introduzido na geografia alemã, cujo encaminhamento metodológico foi o etnográfico.

A mobilidade perpétua é inerente [...] à natureza dos povos. Ela se realiza no espaço e encontra seus limites no espaço. Tanto como a capacidade de movimento, o preenchimento do espaço pelos homens tem seus limites. O tamanho e a tarefa histórica dos povos são então duplamente dependentes do espaço que a história lhes atribui (RATZEL, 1882. p. 438 *apud* CLAVAL, 2001, p. 21).

Geógrafos como Friederich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, mesmo que com teorias geográficas distintas, determinista e possibilista, respectivamente,

entendiam, segundo Claval (2001), que a cultura se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens.

Porém, foi com a criação da escola de Berkeley (1950), nos Estados Unidos, que a Geografia Cultural tomou força, daí a concepção de geografia cultural americana, mesmo que seu desenvolvimento tenha sido no berço europeu, com a obra, *Antropogeografia*, de Ratzel. Desta feita, é a partir de 1970 que a geografia cultural ressurgiu como um subcampo da geografia.

Segundo Corrêa (1999, p. 51), “o ressurgimento da geografia cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica.” Assim, percebemos que as manifestações culturais trazem uma variedade de fenômenos e fatores (subjetivos, diga-se de passagem) ligados a cultura que geram o simbolismo e trazem alterações significantes e contraditórias às sociedades.

A cultura é um fator essencial de diferenciação social (e de *status* que é reconhecido a cada um). Nas sociedades complexas, nem todos compartilham da mesma herança: existe um modelo aceito por muitos e cuja ascendência é tal que é reconhecido pela maioria da população – chamado dominante – mas este é contrabalanceado pelas dissidências, pelas contraculturas e pelos movimentos de revolta (CLAVAL, 2001, p. 14).

Os paradigmas que estabelecem os princípios teóricos nos estudos científicos sempre se moldam através da evolução temporal: tempo ritmado pela natureza; tempo ritmado pelas ações humanas. Assim, como diz Corrêa, (2000, p. 106): “A geografia se interessa [...] pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica.” Segundo Claval (2001), a geografia da natureza humana é fruto da criação cultural, inserida e alicerçada de choques culturais, com reações, coletividade e pressão.

“Os aspectos culturais das realidades de classe são essenciais para compreender como um e outros tomam consciência do que os une e do que os diferencia” (CLAVAL, 2001, p. 117).

A área cultural do geógrafo consiste unicamente nas expressões do aproveitamento humano na terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano na superfície, [...], as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença humana (SAUER, 2007, p. 23),

Entretanto, a abordagem cultural, surge com a necessidade de repensar a Geografia Humana, uma vez que a Geografia Cultural torna-se um ramo da Geografia que conduz suas análises a partir de elementos particulares da cultura.

A geografia cultural, como todas as subdivisões da geografia, deve estar 'ligada à Terra'. Os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação humana, são de grande significado. O estudo desses aspectos geográficos resultantes da ação do homem considera as diferenças entre as comunidades humanas que as criam ou criaram e se refere aos modos especiais de vida de cada uma das *culturas* (WAGNER & MIKESSELL, 2007, p. 27).

Partindo de tais pressupostos, podemos dizer que, seja através da paisagem ou mesmo dos movimentos socioterritoriais<sup>1</sup> a geografia cultural nos faz organizar conceitos em níveis de relevância e priorizar determinados valores e atitudes para uma abordagem específica das diversas manifestações do homem no espaço, na construção social, e, assim, uma melhor abordagem das mudanças da realidade, com suas respectivas flexibilidades e conflitualidades.

### **1.1- A abordagem da Geografia Cultural para explicar as contradições socioterritoriais do Nordeste**

A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empiricista, e está condenado a errar em suas análises, se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. (SANTOS, 1988, p. 21).

No final do século XIX, o Brasil passou por uma série de transformações político-sociais: a escravidão negra foi abolida, houve rumores que o país passaria de Monarquia à República, com o apoio de alguns líderes políticos descontentes com o regime da época, assim como o movimento nacionalista

---

<sup>1</sup>Na ótica de Fernandes (2008, p. 31), os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

contrário à continuação da Monarquia, e uma grande parte da população que sonhava com melhorias sociais (ANDRADE, 1978).

No entanto, o povo lutava por um sistema melhor, mesmo sabendo que a consciência clara da elite se escondia sob a estrutura econômica e hierárquica sócio-econômica. Os que se guiavam pelas aparências de possibilidades de mudanças estavam fora da realidade, pois o momento de crise do país não seria resolvido por uma mudança exterior na forma de governo (Monarquia ou República).

Diante do exposto, a região Nordeste, pontilhada de injustiças sociais, desgoverno, falta de democracia e infra-estrutura, sendo a seca um agravante do drama humano vivenciado no teatro místico chamado *sertão*, desencadeou uma nova forma de organização espacial, a configuração territorial do cangaço (movimento social composto de homens que lutavam contra os grilhões do poder e da autoridade, na condição de bandidos) que perdurou por mais de cem anos, tomando repercussão nacional sob liderança do cangaceiro Lampião, em 1920.

Configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 2008, p. 62).

O espaço nordestino tornou-se a moradia dos cangaceiros, porém estes não se fixavam num dado lugar devido às constantes perseguições policiais. Assim, o território dos cangaceiros só era configurado pelos membros do grupo e pelos coiteiros<sup>2</sup>. Pois, “o território é o limite da própria existência social. O que explica historicamente a fidelidade popular das sociedades à noção e ao espaço das identidades locais” (NEVES, 1999, p. 139).

Assim, “qualquer estudioso que tende a examinar as condições econômicas e o estágio de subdesenvolvimento do Nordeste compreenderá que se trata de uma região com características singulares” (ANDRADE, p. 159). Então, um conhecimento mais profundo das condições sociais vigentes daquela época torna o aparecimento de Lampião e dos outros cangaceiros mais compreensível, porém

---

<sup>2</sup> Segundo Almeida (1977) acolhimento dado ao cangaceiro foragido; protetores de cangaceiros; tal apoio era dado através do medo da violência do cangaceiro, caso lhes negassem proteção, assim como os interesses financeiros.

o relato histórico nada mais é do que uma narrativa, sem conter os dramas e as ambigüidades das vidas desses homens ou da sociedade em que essas vidas desgarradas se desenrolaram.

As calamidades naturais como a seca, assim como as sociais, a excessiva concentração de terras – o latifúndio, conseqüentemente o poder – nas mãos de “políticos-coronéis”, a batalha cotidiana pela sobrevivência e a busca por transformações que beneficiem este quadro, no Nordeste, faziam da imagem dos grupos de cangaceiros que proliferavam pelo sertão um símbolo de luta e persistência, naquele território comprometido por um sistema de injustiças.

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico (SOUZA, 2007, p. 108).

A condição social e financeira do homem sertanejo o compeliu a cometer delitos (ao ver do sistema político/social). O cangaceirismo e mesmo o fanatismo foram, digamos assim, as únicas saídas para tanta dificuldade. Por parte dos poderes públicos não havia sequer tentativa de melhoria para esses pobres do campo. Quando se organizavam em bandos, eram tidos como “ameaça à ordem”, e por terem sido contra a “lei”, assim como fizeram em Canudos, foram perseguidos e exterminados, por deliberação do Governo.

### **1.2- As contradições sócio-espaciais da Caatinga sertaneja: a materialização dos conflitos sócio-ambientais analisado por uma linguagem cultural**

Ao analisarmos o contexto sócio/político e econômico do Nordeste brasileiro percebemos que as rebeliões desencadeadas no final do século XIX e início do século XX não foram apenas por um fanatismo, pelo o contrário, a história do banditismo social desta região é calcada de injustiças, violências, desgovernos, assim como causas pessoais e familiares.

A submissão ao jugo dos coronéis fazia dos sertanejos nordestinos reféns e dependentes, em um meio ainda não dominado pela técnica, e somente a luta armada, tendo como principal aliado os conhecimentos sobre o meio natural – a

caatinga sertaneja, resistência ao sol escaldante num “mundo” dos lajedos, do xiquexique e mandacaru –, e é claro da mais insaciável sede de “independência”, é que, na compreensão dos cangaceiros, conseguiriam sair de um modelo de vida que já não aceitavam.

No processo cultural de uma sociedade existem condicionantes favoráveis às práticas das normas adotável. Porém existem variantes, concomitantemente, no que tece a base dos princípios sociais. Alguns, uma minoria, não ameaçam os princípios em que as sociedades se baseiam, outras, exploram ou se tornam parasitas da sociedade [...]. O mundo marginal é, também, por outro lado, tão estruturado como o mundo ao qual se opõe: isto é verdade para os grupos delituosos, os fora-da-lei ou bandidos errantes nas sociedades rurais, ou dos ‘meios’ ou máfias das regiões urbanas (CLAVAL, 2001, p. 132).

O modo de vida rebelado no sertão nordestino no início do século XX desencadeou uma série de conflitualidades entre povos. Esse tipo de resistência ao modo cultural é denominado por Paul Claval (2001) como a contra cultura. No caso específico do Nordeste, devemos lembrar que alguns sertanejos se tornaram submissos as imposições legais dos “coronéis”, outros como os cangaceiros, tornaram-se os insubmissos sociais que povoaram nossa região. Mas isto é justificável, pois,

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem àquilo que lhes é proposto, que lhes pretende impor. Interiorizam, ao longo de suas existências, novas maneiras de fazer [...] e criticam os valores usuais quando estes não correspondem às suas aspirações profundas (CLAVAL, 2001, p. 13).

Partindo de tais pressupostos, podemos dizer que o espaço nordestino, que construiu diversos territórios e territorialidades, foi, por muito tempo, palco de diferentes conflitos, quase sempre respaldados em condições socioeconômicas que viviam a população marginalizada.

O fenômeno cangaço se tornou, ao ver dos Poderes Públicos, apenas um movimento composto de homens perversos e aventureiros. Porém, os cangaceiros foram atores, famintos, oprimidos, injustiçados do ponto de vista social e econômico, os quais, no início de suas vidas, eram pessoas “honestas”, incapazes de menor crueldade gratuita, de armas em punho apenas para tentar

justiça, embora, a vida no “cangaço” possa engendrar situações em que vinganças e retaliações não tinham limites.

O jogo de contrastes que define a identidade social do indivíduo é relativo: face aos habitantes da vila vizinha, forma-se o corpo, constitui-se a comunidade na qual a coesão é fortemente sentida [...] A identidade é de uma só vez individual e coletiva [...] As atitudes, os gestos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização, que torna consciente [...] tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo. Isto não ocorre sem conflitos (CLAVAL, 2001, p. 98).

Segundo Cunha (1995), na caatinga, predominava a sequeidão, o sol “trêmulo”, um calor insuportável, a terra seca sem uma gota d’água... Na falta de alimentos os sertanejos são obrigados a enganar a fome com umbus (fruto do umbuzeiro), ou com algum animal que consigam caçar. “É a natureza que impõe aos povos a maneira de se alimentar, de se vestir, de construir suas casas. Transforma-os em sedentários pacíficos ou nômades agressivos” (CLAVAL, 2001, p. 9). Este, na verdade, é um determinismo sumário, defendido por Ratzel, que não resiste à comprovação.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenta a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2008, p. 63).

A obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, é uma rica fonte de pesquisa sobre a Caatinga sertaneja – território reconhecido pelos seus longos períodos de estios, de vegetação seca, temperatura muito elevada, sol trêmulo, terra seca; ambiente que se torna doloroso para o agricultor/vaqueiro que ainda não está inserido no processo de modernização agrícola. “Euclides da Cunha chamou de ‘martírio secular da terra’, [...] o desequilíbrio dos elementos naturais” (MELLO, 1993, p.50). A representação da caatinga sertaneja pode ser observada na xilogravura a seguir, figura 1, de Wiltton de Souza.

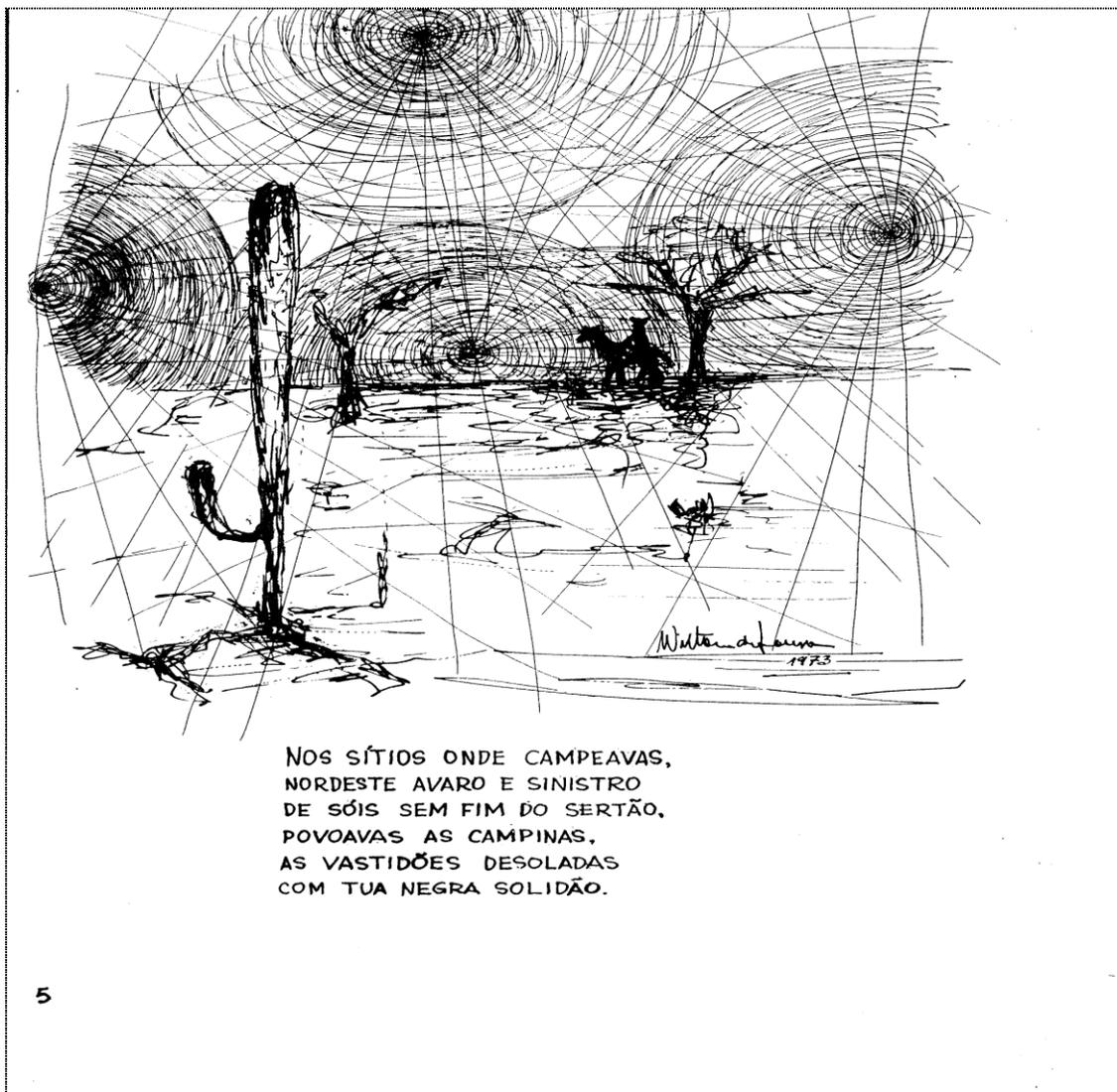


Figura 01: Xilogravura que representa o sertão nordestino  
 Fonte: (WILTTON DE SOUZA in PENA FILHO, 1985)

Os cangaceiros conheciam o sertão. Sabiam quais eram os melhores lugares de descanso, de ataques e de fugas. Por isso, de acordo com Facó (1978) muitos perseguidores de cangaceiros sofreram na travessia dos sertões. Os próprios cangaceiros sofriam. Mas não desistiam.

A travessia das veredas sertanejas é exaustiva, o viajante tem o desafogo de um horizonte largo e as perspectiva das planuras francas. Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enança-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lança; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamento no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante (CUNHA, 1995, p. 29).

Foi nesse ambiente descrito por Euclides da Cunha que perdurou o cangaceirismo no Nordeste, driblando todos os mistérios e desassossegos que o meio ambiente lhes proporcionava, deixando de lado o convívio em sociedade. Desta forma, o cangaceirismo tornou-se uma atividade organizada, com leis, regras e costumes próprios. Esta forma de organização espacial dos cangaceiros era, também, assegurada em táticas de guerra de guerrilhas.

Vale salientar que “*Os Sertões*” (1995) também faz alusão aos hábitos, costumes e pensamentos do homem sertanejo. A etnografia do discurso euclidiano revela de forma ridícula, ao mesmo tempo elegante, o amálgama do homem nordestino, o matuto.

Desgracioso, desengonçado, torto, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá o caráter de humildade deprimente (CUNHA, 1995, p.81).

Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1995), analisa de forma quase poética, porém realista, “o martírio da terra”. Entretanto, sua formação preconceituosa compromete seu ideário etnográfico e antropológico a respeito do povo nordestino. Certamente não concordamos com sua descrição. Faltou observação sobre coragem, altivez, destreza e honestidade do homem sertanejo. Afinal, não foram destes amálgamas que foram constituídos os cangaceiros? Se no decorrer da vida de exclusão algumas qualidades se deterioraram fica por conta da marginalidade social em que foram lançados.

Assim, podemos perceber que as descrições de Euclides, presente em *Os Sertões*, exprimem sempre os pontos de vista conservadores. Suas análises são de conteúdo positivista que marcaram as situações sociais ocorridas no início do século XX. Era a forma de pensar aprovada pelos representantes literários da época, representantes de classes sociais burguesas.

De um modo geral, percebemos que a espacialidade do cangaço transcendeu sua época, seu tempo, seu espaço. “A questão da medida recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que tempo e espaço são uma coisa só, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias” (SANTOS, 2008,

p. 53). Tal movimento contínuo de ação real, de certa forma, foi uma reação subjetiva que se espacializou<sup>3</sup> e se tornou objetiva.

O cangaceirismo foi um processo geográfico estabelecido no espaço. E processo geográfico é visto por Fernandes (2008) como uma relação entre sujeitos e objetos que podem acontecer simultaneamente. Pois um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Neste caso, espacialização e espacialidade (movimento contínuo de uma ação na realidade, representa o significado da ação) podem acontecer concomitantemente.

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de 'viver bem' (SANTOS, 2008, p. 55).

Neste viés, percebemos, então, que a geografia cultural nos permite compreender o homem como elemento da natureza, inserido no espaço, e é a cultura que faz esta mediação. Mediação esta que ultrapassa o tempo e nos leva aos além variados.

---

<sup>3</sup> A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (SANTOS, 1988, apud FERNANDES, 2008, p. 29). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a "desespacialização". Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído.

## 2 - A CONSTRUÇÃO ESPAÇO-TERRITORIAL DO CANGAÇO DE LAMPIÃO

Na análise das relações entre o homem e o meio, é indispensável estudar o complexíssimo papel desempenhado pelo meio criado e produzido pelas sociedades sobre essas sociedades e sobre os indivíduos que a compõem (DOLLFUSS, 1978, p. 48).

Nosso estudo tem como base de análise o território do cangaço. É um trabalho tipicamente geográfico, de cunho social. Nossa ênfase é para os movimentos socioterritoriais que construíam, desconstruíam e reconstruíam o território dos cangaceiros; e para o “Banditismo Social”, alicerçado na obra, *Bandidos* (1975), de Eric Hobsbawm, uma vez que no Brasil – na região Nordeste – Lampião é o único a ser considerado um “bandido social”, visto que ele é o insubmisso social, injustiçado, que povoou nossos sertões desde o século XIX até a primeira metade do século XX, e provocou reações antagônicas de apoio, medo, perseguição, e finalmente o extermínio pelas forças do Governo.

Para a lei, quem quer que pertença a um grupo de homens que atacam e roubam com violência é um bandido, desde aqueles que se apoderam de dinheiro destinado a pagamento de empregados, numa esquina de cidade, até rebeldes ou guerrilheiros organizados que não sejam oficialmente reconhecidos como tal (HOBSBAWM, 1975, p.10).

Partindo de tais pressupostos, podemos dizer que o espaço nordestino, que construiu diversos territórios e territorialidades, foi, por muito tempo, palco de diferentes conflitos, quase sempre respaldados em condições socioeconômicas que vivia a população marginalizada. Assim, analisando sociologicamente o sertão do Nordeste, houve um tempo em que a “vida pelas armas” se tornou mais uma atividade razoavelmente constante, era a época dos cangaceiros.

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2008, p. 63).

O fenômeno cangaço se tornou, ao ver dos Poderes Públicos, apenas um movimento composto de homens perversos e aventureiros. Porém, não passavam de seres injustiçados, oprimidos, famintos, os quais, no início de suas vidas, eram pessoas honestas, incapazes de menor crueldade gratuita, de armas em punho

apenas só para tentar justiça, embora, a vida no “cangaço” possa engendrar situações em que vinganças e retaliações não tinham limites.

Para que um acontecimento ou aspecto da vida tenha uma realidade social, não é suficiente que exista objetivamente, que se possa observá-lo. É necessário que seja aceito como legítimo, que seja instituído. Para desfrutar da plenitude de seu ser, o indivíduo deve ser assim reconhecido pela sociedade; em conseqüência, seu itinerário é escalonado pelos ritos que dão solenidade às etapas da sua vida, oficializam a passagem de uma categoria a outra e destacam a sucessão de papéis que é levado a desempenhar e as responsabilidades que daí decorrem (VAN GENNEP, 199, apud CLAVAL, 2001, p. 95)

Então, que espécie de homens compunha os bandos de cangaceiros? "São todos, invariavelmente, gente da classe mais pobre do interior do Brasil, homens do campo que não tem terra, não podem ter gado, não tem sequer trabalho garantido" (FACÓ, 1978, p. 58). Todos, na verdade, eram homens pobres, injustiçados, oprimidos, vítimas de uma estrutura social injusta, onde a terra (principal fonte de trabalho) era toda nas mãos de latifundiários-coronéis detentores de todo poder e lei local.

Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem em terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem em torno de *beatos e conselheiros*, sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Era ele o fruto da decadência de um sistema econômico-social que procurava sobreviver a si mesmo (FACÓ, 1978, p.13).

Segundo Almeida (1997. p. 62), no sertão nordestino, “em vez de dar de comer e de beber, a terra devorava seus próprios filhos. Não era inimiga; estava doente. Sofria mais do que o homem, com febre alta. Só não tinha o suor da agonia. Era uma agonia seca”.

Entretanto, não se poderia esperar desses homens planos de organização política. Eles queriam apenas sobreviver e, mesmo que o facão, ou qualquer outro tipo de arma, dita rudimentar, fosse, digamos, a única opção. Era uma espécie de levante camponês, dirigidos pelos chamados “bandidos”, mesmo que nunca tenham ocupados terras, e nem pretendido dominá-las e cultivá-las.

O espaço freqüentado pelos homens não se limita jamais àquele revelado pela observação: ele é acompanhado de um outro,

refletindo em outro mundo, ao qual são atribuídos virtudes e charmes superiores àqueles do meio familiar [...] É a revelação das malfeitorias e injustiças da ordem existente, mesmo que o aspecto seja impalpável (CLAVAL, 2001, p. 140)

De certa forma, os cangaceiros seriam incapazes de imaginar que tais movimentos de resistência aos desmandos sociais, conseqüência da concentração de terra nas mãos de uma pequena minoria, seria a procura do que hoje se denomina de “Reforma Agrária”.

“ Faltavam-lhe ainda a consciência de si mesmo, quando segundo Marx, a opressão se torna mais opressiva porque o oprimido possui a consciência de tudo” (FACÓ, 1978, p.28).

Eles sabiam que jamais conseguiriam um pedaço de terra. Pois, esta era o “patrimônio dos coronéis”, e mesmo que se tivessem a ideologia de conquista, não passaria de uma ilusão.

## **2.1- O quadro sócio-cultural: de ação real a reação simbólico-territorial**

No apogeu do banditismo do sertão, o Nordeste tornou-se palco de uma verdadeira guerra civil não declarada. As instâncias da elite dominadora faziam questão de “apontar” os cangaceiros e os “fanáticos” como meros desordeiros, não percebendo, ou fingindo não perceberem, as causas reais que geravam tais fenômenos de resistência social – a busca pela sobrevivência e a construção da dignidade, traduzidas por uma vida de trabalho em terras próprias.

As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território (RAFFESTIN, 1993, p 152)

Nos tempos de seca no sertão nordestino, quando um “coronel” admitia seus trabalhadores não precisava contar-lhes os serviços extras que iriam fazer. Isso já estava implícito no próprio ato de contratar. Muitos jagunços ou capangas, diante das ordens e humilhações de seus “patrões”, tornavam-se cangaceiros. Desta forma, o número de revoltosos foi cada vez aumentando. Como disse Facó

(1978, p.117): “Avança fraqueza do governo”! Numa alusão jocosa à força policial do Governo.

Somando-se os desacertos e injustiças sociais, assim como o determinismo geográfico que passava o sertão, com o fenômeno da seca que atemorizavam o homem que dependia da terra para seu sustento e o da família, o quadro sócioeconômico e ambiental favorecia a insubmissão.

As epidemias de banditismo representam algo mais que uma simples multiplicações de homens fisicamente aptos que, a passar fome, preferem tomar pelas armas aquilo que necessitam. Pode refletir a desagregação de toda sociedade, a ascensão de novas classes e o surgimento de novas estruturas sociais, a resistência de uma comunidade ou de povos. A destruição de suas maneiras de viver (HOBBSAWM, 1975, p. 17)

O cangaceirismo no sertão foi uma das maiores formas de resistência do homem do campo a todos os tipos de injustiças. De acordo com Facó (1978), “o coronelismo” a partir dos anos 50 do século XX, começou a se desestruturar, e começou a se tornar a sombra do que já foi antes, no período do cangaço. Porém, as estruturas territoriais ainda mantêm relações e/ou condições sociais semelhantes à época colonial.

No que tange a organização de territórios nordestinos, os “coronéis” defenderam “suas” terras, inicialmente, contra os índios, depois contra os posseiros, mais tarde contra os cangaceiros e os “fanáticos”. Atualmente, procuram defendê-las contra o proletariado rural sem terra.

As organizações são muito influenciadas pelas redes de comunicações e pode-se pretender que mudanças de rede conduzam a modificações sensíveis no arcabouço social do grupo. O sistema é um tanto um meio como um fim. Como meio denota um território, uma organização territorial, mas como um fim conota uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidades das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio de ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial, portanto, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Segundo Souza (2004), pode parecer um tema do passado, mas não é. Tanto outrora como agora, o “cangaço” existe, diferenciando-se apenas, na sua

maneira de ser exercido. Ou seja: entende-se o *cangaço*, como o descaso, a falta de atendimento às demandas das populações interioranas e o seu direito a terra e a condições decentes de trabalho e vida nas comunidades. Pois os cangaceiros,

não passavam na realidade de vítimas de uma monstruosa organização social que se está modificando hoje ao sopro das vertiginosas transformações por que passa o mundo contemporâneo e que nos envolvem, sacudindo a letargia em que vivia o nosso interior. Mais do que isso, foram àqueles homens miseráveis sertanejos os percussores do surgimento de um espírito inconformado que haveria de criar mais tarde uma situação revolucionária para a destruição completa daquele estado de coisas anti-humana (FACÓ, 1978, p.3).

Atualmente, a distorção da estrutura fundiária vem se acentuando no Brasil com a modernização agrícola. A violência e o assassinato ainda continuam uma constante na vida daqueles que buscam possuir a terra. Segundo Facó (1978), sempre, ao longo de sua história, tentaram desvirtuar as lutas pela posse da terra no Brasil, no nascedouro, apresentando-as como simples atos de banditismo. “Realmente, com sorte, o banditismo produzia melhores resultados financeiros do que a vida agrícola” (HOBBSAWM, 1975, p. 70).

Entretanto, Rui Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos* (1978, p.69): dizia que o cangaceirismo do sertão, na verdade “era uma expressão de rebeldia sertaneja à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em fase superior – a luta armada.” Entretanto, tal rebeldia não tinha significado de liderança contra a ordem social constituída. Pois,

O banditismo cresce e toma proporções epidêmicas em épocas de tensão e desigualdade social. Tais épocas são também aquelas em que as condições para essas explosões de violências se tornam mais favoráveis. Não pertencem essas explosões a imagem essencial do bandoleirismo, salvo na medida em que o bandido é, continuamente, um vingador dos pobres [...] (HOBBSAWM, 1975 p. 64)

Mesmo não sendo o pioneiro do banditismo no Nordeste, o bando de Lampião foi o que alcançou maior repercussão social nacional. A classe oprimida sempre o apoiou, pois Lampião seria o vingador dos injustiçados, quem sabe até mesmo o Robin Hood da Caatinga sertaneja. Podemos dizer, talvez, que um tipo

de Robin Hood sertanejo sem a plena consciência social, nem compromisso com os agricultores e vaqueiros, seus iguais na origem e na vida difícil.

Robin Hood é aquilo que todos os bandidos camponeses deviam ser; entretanto, sendo as coisas como são, poucos deles possuem o idealismo, a abnegação ou a consciência social para corresponder a seu papel, e talvez poucos possam se dar a esse luxo (HOBSBAWM, 1975, p. 36).

Entretanto, partindo de tais concepções, percebemos que os atos violentos que Lampião desencadeava com quem considerasse seu inimigo o distanciavam do verdadeiro Ladrão Nobre, já que as crueldades dos cangaceiros para com suas vítimas extrapolaram todos os limites de humanidade. Porém, o berço de sua origem, a situação social e a forma de luta, o aproximava do modelo do Bandido Social, citado entre os principais Bandidos Sociais do mundo. *Bandidos* (1975) de Eric Hobsbawm.

O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados. É essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo social interessante e significativo (HOBSBAWM, 1975, p.11).

Os bandidos estarão sempre na categoria dos "marginais", dos cruéis, e o são. Porém, o banditismo social não se encaixa por completo em tal categoria, visto que são determinadas circunstâncias que os compelem a cometer crimes, a roubarem ou mesmo a matarem. Essa nova classe de "Bandidos" tem sua construção no meio social em que se encontram. De acordo com Hobsbawm (1975. p.135), "é por isso que a lenda dos bandidos ainda tem o poder de nos comover".

O homem tem o anseio insaciável de justiça. Em sua alma rebelde-se contra uma ordem social em que lhe é negada, e, qualquer que seja o mundo em que ele viva, ele acusa de injustiça àquela ordem social ou todo universo material. O homem está imbuído de um impulso estranho e obstinado para lembrar, para racionalizar as coisas e modificá-las; e além disso traz consigo o desejo de possuir aquilo que ele não pode ter\_ ainda que na forma de um conto de fadas. Esta é, talvez, a base das sagas heróicas de todos os

tempos, de todas as religiões, de todos os povos e de todas as classes (OLBRACHIT *apud* HOBBSAWM 1975, p. 135).

Na situação específica do Nordeste brasileiro do início do século XX, a estrutura sócio/econômica do país, as políticas governamentais, a presença dominante do latifúndio e do “coronelismo” que mantinham as populações de trabalhadores rurais numa condição de semi-servidão era agravada nos longos períodos de estiagem, das secas. Nestas épocas, mesmo o trabalho de agricultura e pecuária era profundamente afetado, agravando as dificuldades dos trabalhadores rurais nordestinos, principalmente no Sertão.

Trabalhamos, porém, com o que pensamos ser a liberdade e não o é, daí a dificuldade para ‘ver’ o futuro e exergar novas soluções. De fato nada é, realmente, impossível, e a impossibilidade somente pode ser declarada após o fato (MARCUSE *apud* SANTOS, 1998, p. 133).

O banditismo do Nordeste, diante de tais circunstâncias, assumiu uma fisionomia de caráter geográfico/social. O que sobrava para o homem interiorano era somente a coragem de encarar os desmandos sociais, mesmo que isto o levasse a posição de “bandido”. Mas, “o fato histórico não é apenas um fato, mas um conjunto de fatos, cujos elementos não podem ser dissociados sem que lhe deforme a complexidade. Na geografia poderá acontecer o mesmo” (DANTAS, 2005, p. 32).

Todavia, a insatisfação com as condições de vida e trabalho constituíam-se estopima para a eclosão de movimentos de revolta e rebeldia no interior do Nordeste. Quando fatos de natureza corriqueira, como disputa por fronteira de terras, desaparecimento de bezerros ou uso de água por pessoas de propriedades vizinhas, ocorriam, poderiam tornar-se fatores de brigas e mortes. As conseqüências disso era a possibilidade de fugas e busca de abrigo em bandos rebeldes já existentes e/ ou a formação de novos bandos construindo diversos territórios. A geografia do cangaço obedece a esta trajetória

### **3 - OS PROCESSOS TERRITORIAIS DO CANGAÇO: Relações reais e/ou simbólicas estabelecidas no território de Lampião**

O bando de cangaceiros de Lampião era composto de mais de vinte homens, e chegou a até mesmo a cem cangaceiros, ficando inúmeras vezes, maior que os grupos de policiais. Nesta perspectiva, a partir de 1920, o banditismo do sertão chegou ao seu auge, tornando-se o maior movimento de resistência, e não aceitação da autoridade governamental, no interior do país, de certa forma, um poder paralelo.

A contradição é evidente entre a vontade manifesta de ignorar o mundo e a preocupação real de renegociar a sua posição com os outros ou com as autoridades oficiais. A posição fixada ignora, de fato, as necessidades da troca banal, das complementaridades econômicas. Nas reivindicações territoriais, não está prevista em parte alguma a instituição desses espaços de contato, estas áreas de neutralidade que tradicionalmente permitiriam aos espaços vizinhos se comunicar sem risco de serem desfigurados (CLAVAL, 1999, p. 11).

A partir de 1922, quase todos os estados nordestinos foram saqueados pelos cangaceiros: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Ceará. Este último sofreu menos ataques devido ao respeito que Lampião tinha para com o Padre Cícero Romão. As exceções ficaram para os estados do Maranhão e do Piauí, pois geograficamente estes territórios não favoreciam aos cangaceiros.

“Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação” (RAFFESTIN, 1993, P. 153).

As formas de resistência e luta armada que ocorreram no Nordeste brasileiro no tempo de Lampião (1920 a 1938) eram norteadas sem ideologias próprias. E o cangaceiro era condicionado à posição de “fora-da-lei”. Mas, o sentimento de regionalismo ou mesmo o topofílico se desenvolvia no sertanejo marginalizado, mesmo que de forma inconsciente, pois no solo sertanejo, a caatinga, as atividades cotidianas ali desenvolvidas revelavam, literalmente, o



um dado simbólico [...] mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama sem o qual não se pode falar em *Territorialidade*. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas de comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 2002, p. 62).

Segundo Haesbaert (2007), o território reforça a dimensão enquanto representação de valor simbólico num processo de formação de territórios contrapostos por situações sociais e culturais. A partir de tais situações percebemos que o movimento cangaço transcendeu a questão física do território, uma vez que tais cangaceiros tinham uma forma de identidade afetiva, específica, pela caatinga como local de apropriação, de territorialidade<sup>4</sup>.

A identidade é realmente, sempre, o resultado daquilo que se é e das maneiras que nos são concedidas de sentir, reagir e agir? Não. Há uns vinte anos a ênfase recai habitualmente na natureza relacional dos sentimentos da identidade. É o olhar que os outros têm de você que o define [...] A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: 'quem sou eu?' Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo (CLAVAL 1999, p. 13-15).

Os cangaceiros passavam pequenos períodos de tempo nos lugares de repouso devido às constantes perseguições policiais, também uma estratégia de guerrilha. Porém, cada espaço que ocupavam ficava marcado pelo sangue ou pela valentia com que agiam. Mesmo assim, tinham um sentimento de territorialidade por cada fragmentação do espaço que dominavam e/ou ocupavam, pois a própria caatinga revelava aos grupos de cangaceiros um marco de pertencimento ao espaço.

As 'imagens' territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' território (RAFFSTIN, 1993, p. 152).

---

<sup>4</sup> A territorialidade, de acordo com Raffestin, (1993) adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

Segundo Claval (1999) o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo e mesmo de um espaço, dotados de uma base espacial ancorada na realidade. No caso dos cangaceiros, essa âncora era desencadeada em processos repentinos, daí a desterritorialização, pois eles não podiam se fixar num dado espaço, uma vez que as volantes policiais estavam constantemente lhes perseguindo. Desta forma, o processo de desterritorialização era, involuntariamente, obrigatório.

A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Esta desterritorialização é o abandono de território criado nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, a virtualidade do devir e do imprevisível [...] para estes dois movimentos existem também o movimento de reterritorialização (HAESBAERT, 2004, p. 130).

Não podemos esquecer, seguindo o pensamento de Raffestin (2004), que a desterritorialização transcende o abandono físico do território. Ela é, também, um movimento de desligamento político e simbólico-cultural de um dado território. “Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Vale salientar que as marcas que se imprimem na paisagem revelam o modelo territorial estabelecido e registrado como símbolo cultural. Há quem diga que o homem sertanejo, em especial aqui, o cangaceiro, em muitas coisas se assemelha ao Mandacaru: eram tipos representativos dos sertões, sofrendo e esperando dias melhores, verdes de esperanças, carregados de espinhos, sempre na eterna luta em busca de sobrevivência.

O suporte territorial identitário mais simples é aquele que é exclusivo e se apresenta em um só bloco: é o das sociedades geográficas [...] Em tais contextos o espaço e as identidades são realidades claramente definidas. Cada grupo pode se desenvolver num espaço em que ele se livra dos riscos de poluição de que o outro é portador (CLAVALL 1996, p.16).

Não se poderia esperar dos cangaceiros planos de organização política. Eles queriam apenas sobreviver e, mesmo que o facão, ou qualquer outro tipo de arma, dita rudimentar, fosse, digamos, a única opção. Era uma espécie, mesmo que inconscientemente, de levante camponês, dirigida pelos chamados “bandidos”, mesmo que nunca tenham ocupados terras, e nem pretendido dominá-las e cultivá-las. O que se percebe é a luta de classes, seja em tempos remotos ou atuais.

Todavia, diante das ações sócio-espaciais vão se desenvolvendo vários conceitos simbólicos, tais como a desterritorialização, territorialização e reterritorialização, processos representativos de grupos territorialmente estabelecidos em dadas porções do espaço, que atravessa o tempo.

Nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá a reterritorialização da terra? Esta reterritorialização se dá de duas formas: na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano de iminência de um pensamento (HASBAERT, 2004, p.131).

A partir do momento que as estruturas de ligação física e simbólica que os cangaceiros tiveram com o local apropriado foram sendo deixadas de lado, eles iam construindo e/ou reconstruindo novos territórios, era uma espécie de círculo. Nestas novas (re)construções territoriais os nomes dos cangaceiros vivos iam sendo substituídos pelos dos cangaceiros mortos, uma forma de despistar a polícia. Daí, percebemos, então, que não foram poucas as vezes em que os cangaceiros se (re) territorializaram mesmo que num sertão ainda não modernizado do ponto de vista social e econômico.

Lampião era um grande estrategista. Para desviar a atenção das volantes, que sempre perseguia a si e ao seu bando, ele encobria as baixas que seu grupo sofria com as mortes de seus companheiros de ‘guerra’: era a substituição dos nomes, ou nomes de guerra, do cangaceiro morto para o cangaceiro vivo, pois, dessa forma, quando um cangaceiro morria, outro imediatamente recebia seu nome, assim todos pensariam que os vitoriosos eram sempre os cangaceiros.

Quando os veículos de comunicação divulgavam que algum cangaceiro tinha morrido, em outros ataques se tinha notícias da atuação do mesmo, era outro é claro, mas enganavam a todos, principalmente a própria polícia. Na história do cangaço existiram vários, Asa Branca, Azulão, Bananeiras, Beija Flor, Bentivi, Braúna, Caixa de Fósforo, Cajazeira, Cajueiro, Canção, Candieiro, Canjica, Chá Preto, Gato, Jararaca, Juruti, Maçarico, Marreca, Meia Noite, Mergulhão, Moreno, Nevoeiro, Pai Veio, Sabiá, Xexéu, Zabelê, Zé Baiano, entre outros.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertanejo nordestino foi, por muitos anos, submetido às vontades dos “coronéis” locais. A escravidão negra foi abolida em 1888, porém os grilhões que antes prendiam os escravos agora dominavam estes homens do campo, não no sentido literal, mas na forma de aliciamento e submissão. Pois, as relações de trabalho livre que o sertanejo, agricultor/vaqueiro, desencadearam a partir do século XX beiravam a servidão. E foi nesse território hostil que surgiu o cangaço de Lampião, produzindo vários territórios.

Podemos dizer, então, que o cangaceirismo foi fruto de uma desagregação social. Assim, encontramos na cultura uma forma de expor a trajetória do cangaço. Mas, de acordo com Corrêa (2007), não podemos confundir os aspectos culturais, preso por uma leitura objetiva da realidade, fruto de uma tradição empiricista, com um trabalho de geografia cultural, pois para isso é necessário uma relação direta entre homem, natureza, economia, sociedade e política. Ou seja, processos espacialmente complexos.

“A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica” (SAUER, 2007, p. 22-23).

Os cangaceiros são vistos, hoje, como símbolos de uma época. Representaram heróis/ bandidos, com toda complexidade da situação econômico-social. As formas de resistência ao sistema que esses homens engendraram ainda continuam. Estão aí várias representações de movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem-Terra, entre outros.

Quando a sociedade, a cada momento, é cindida, o símbolo se destaca, se solta, do movimento geral e continua o mesmo que era no momento anterior. O presente une as coisas, mas o momento seguinte as separa, o que permite distingui-las. Cada símbolo guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança (SANTOS, 2008, p. 128).

Atualmente, a perduração da situação de vida no Nordeste já não parece possível. A modernização do espaço com sua adaptação cultural trazida pela informação veiculada pela “mídia” unifica usos e costumes e mesmo valores, de

modo que a antiga forma de vida nordestina, bem com as reações traduzidas pelo “cangaceirismo” já não têm lugar neste espaço, ainda não totalmente modernizado, do ponto de vista socioeconômico, porém com acesso à influência dos veículos de comunicação. É a “reinterpretação dos espaços humanizados” (CLAVAL, 2001, p. 310).

Entretanto, podemos perceber que o contraste da imagem do cangaceiro ainda continua. A própria flora espinhenta, a caatinga sertaneja no geral, nos remete a imagem do cangaceiro. Pois “na medida em que as lembranças das ações coletivas fundem-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território” (CLAVAL, 2001, p. 14).

Os cangaceiros foram homens territoriais que modelaram um espaço com toda sua contradição cultural, e desenvolveram processos simbólicos como territorialidade. Portanto, interpretamos o cangaceirismo como uma dimensão sócio/cultural que atravessou o espaço e o tempo, e nos traz, revestido de territorialidade, em pleno século XXI, valores de uma realidade dos fins do século XIX e início do XX.

“Qualquer estudioso que tende a examinar as condições econômicas e o estágio de subdesenvolvimento do Nordeste compreenderá que se trata de uma região com características singulares” (ANDRADE, 1978, p.159).

Não há como negar, o bandido social é bravo tanto na ação como na sua condição de representante de um segmento da população. É uma ambigüidade de fatos e comportamentos, pois numa sociedade elitista, onde os pobres vivem na subserviência, na condição clara de explorados, o “bandido” vive e morre de cabeça erguida.

“A realidade que os geógrafos estudam é sempre aquela de uma cultura particular. Como analisar essa realidade sem considerar seus recortes mais importantes, sem perder o que faz a sua especificidade?” (CLAVAL, 2002, p. 20).

Os cangaceiros são vistos, hoje, como símbolos de uma época. Representaram *heróis/ bandidos*, com toda complexidade desta situação. A escolha (se assim pode ser chamada) por este tipo de vida, nem sempre dependeu de suas vontades, mas uma vez “caindo no cangaço”, não havia caminho de volta para uma sociedade que não os acolhia. Só depois da morte de Lampião em 1938 e desbaratamento do bando, fuga, morte e prisão dos

restantes, é que foi possível a uns poucos ex-cangaceiros a readmissão à vida das comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Américo de. **Coiteiros**. Ed. Aquários Ltda. João Pessoa/PB, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In CASTRO, Iná Elias *et. al.* **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2ª edição. Editora DAUFSC: Florianópolis/SC, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Território na Transição da Pós-Modernidade**. Revista *GEOgraphia* – Ano 1 – No2 – 1999. Originado de: *Géographies et Cultures* n. 20, inverno 1996, Paris: L'Harmattan. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.

\_\_\_\_\_. **“A Volta do Cultural” na Geografia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões, Campanha de Canudos**. 36ª edição. Ed. Francisco Alves. Brasília/DF, 1989.

DANTAS, Aldo; Pierre Mombeing. **Um Marco da Geografia Brasileira**. Ed. Sulina: Porto Alegre, 2005.

DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOLLFUSS, Oliver. **O Espaço Geográfico**. Difel difusão editorial. & A. São Paulo, 1978.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Ed. Martim Claret. São Paulo, 2001.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Ed. Civilização Brasileira. 5ª edição. 1978 [S.L.].

FERNADES, Bernardo Mançano. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais**. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – Janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755 24.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: “Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão”**. In: CASTRO, Iná E. *et at* (org). **Geografia: Conceitos e temas**. RJ. Bertrand Brasil, 2006

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” a Multiterritorialidade**. Editora Bertrand: Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Concepções de Território para entender a Desterritorialização.** In: SANTOS de *et. al.* **Territórios, Território: Ensaio sobre o Ordenamento Territorial.** 3ª edição. Ed. Lamparina: rio de Janeiro 2007.

\_\_\_\_\_. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos.** Ed. Forense\_universitária. Rio de Janeiro, 1975.

WAGNER, Philip L, & MIKESELL, Marvin W. Os **Temas da Geografia Cultural,** *in* ROSENDAHL, Zeny; & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural.** 2ª edição. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Quem foi Lampião.** Ed. Stahl. Recife/Pe, 1993.

MORAIS, A.C.R. **Geografia: Pequena História Crítica.** 7ª edição. Ed. Hucitec: São Paulo, 1987.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** *in:* DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (orgs.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Ed. Atlas: São Paulo, 2005.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **Fronteiras em Mutação. “Deletando” a Memória?** *In:* **Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois.** Ed. Bertrand Brasil, 1999.

PENA Filho, Carlos. Poemas. **Episódios Sinistros de Virgulino Ferreira.** Desenhos de Wilton Souza. [S.L. S.N., 19\_\_?].

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Ed. Record: Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição. Ed. Edusp: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão.** 6ª edição. São Paulo: Estudo Nobel, 2002.

SAUER, Carl O. **Geografia Cultural**, *In* ROSENDAHL, Zeny; & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª edição. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Anildomá Willians de. **Nas Pegadas de Lampião**. E. Copyright: Recife/PE, 1959.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa bibliográfica** *in*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (orgs.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Ed. Atlas: São Paulo, 2005.